



1 **ATA DA DUCENTÉSIMA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA**
2 **DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

3 No vigésimo terceiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, às quatorze
4 horas, teve lugar a ducentésima sexagésima primeira reunião do Conselho Municipal de
5 Educação de São Bernardo do Campo - CME, convocada em caráter ordinário e realizada
6 de forma remota, por meio da plataforma 'Google Meet'. A reunião foi presidida pela sra.
7 Rosangela Babinska e teve os seguintes itens em sua pauta: **1.** Aprovação da ata da reunião
8 anterior; **2.** Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB 2023; **3.** Análise das
9 solicitações de autorização de funcionamento das escolas de Educação Infantil de iniciativa
10 privada do município; **4.** Apresentação do Monitoramento do Plano Municipal de
11 Educação 2023 – realização 2024; e **5.** Informes e outros assuntos. Estiveram presentes os
12 seguintes conselheiros e conselheiras: Ana Paula Souza e Silva, Carla Andrea Soares de
13 Araújo, Caroline Guerra Takeuchi, Eliane Quirino de Souza Consentino, Eliezer Mendes
14 da Silva – representado pela sra. Representado pela sra. Talita Moreira Ramos, Fernanda
15 da Silva Ribeiro Abbud, Ilka Baracho da Silva, Joseleine de Campos Gomes, Luciana
16 Campos Bechelli, Murilo Esteves Frizanco, Patrícia dos Santos Vieira de Oliveira, Priscilla
17 de Cássia Bessi de Mattos, Renata Lilian de Oliveira, Rodrigo Daniel Casemiro, Tatiana
18 Mariana Chaves de Freitas e Vanessa Takigami Alves; a convidada sra. Nádia Beltramdt
19 Pereira - Supervisora de Ensino da Diretoria Regional de Ensino, além do sr. Carlos
20 Henrique Rangon Antunes – Encarregado do Serviço de Apoio Administrativo aos
21 Conselhos Municipais e Secretário da reunião. Após a verificação do quórum necessário
22 para a instalação da sessão plenária, a sra. Presidente Rosangela agradeceu a presença dos
23 conselheiros e conselheiras, declarando desta forma aberta a ducentésima sexagésima
24 primeira sessão plenária do colegiado. Na sequência, informou que nesta reunião estava
25 presente a sra. Nádia, representante indicada pela Diretoria Regional de Ensino para
26 substituir a conselheira Edinéia. Então, solicitou a leitura da pauta do dia. Passando para
27 o “item 1” da pauta; a sra. Presidente Rosangela pediu aos conselheiros que revisassem a
28 ata da última reunião, incentivando-os a sugerir adições, remoções ou destaque, não
29 havendo manifestações do colegiado, a ata da ducentésima sexagésima reunião do
30 colegiado foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. Passando para o “item
31 2” da pauta; a sra. Presidente Rosangela informou que o Índice de Desenvolvimento da
32 Educação Básica (IDEB) foi divulgado em 14 de agosto pp., e que o foco nesta reunião
33 seria o IDEB dos anos iniciais, com a conselheira Caroline apresentando suas
34 considerações sobre o tema. Ainda adiantou que as conselheiras Nádia e Tânia seriam
35 convidadas para discutir o IDEB dos anos finais e do ensino médio em um próximo
36 encontro. A conselheira Caroline discutiu a divulgação dos resultados do IDEB 2023. Ela
37 explicou que o IDEB é o principal indicador da qualidade da educação no Brasil,
38 combinando o desempenho dos alunos nas avaliações externas com dados do fluxo escolar.
39 Explicou ainda que a avaliação SAEB é realizada a cada dois anos, e que a prova de 2023



40 envolveu cerca de 8,5 milhões de alunos em todo Brasil. Ela ponderou que os resultados
41 demonstraram uma melhora na proficiência de língua portuguesa e matemática desde 2021,
42 apesar dos desafios impostos pelo período pandêmico. A Conselheira destacou ainda que,
43 embora tenha havido uma queda na proficiência durante a pandemia, os resultados mais
44 recentes mostram uma recuperação. Ela mencionou que 96% dos estados melhoraram o
45 desempenho nos anos iniciais. Além disso, reiterou a apresentação da última plenária, onde
46 tratou-se das condicionalidades para recebimento da complementação VAAR, lembrando
47 que uma das condicionalidades estava ligada à evolução do IDEB. Informou ainda que o
48 município de São Bernardo do Campo obteve um IDEB de 6,7, acima da média nacional,
49 refletindo o esforço das escolas e dos alunos. Caroline concluiu que, apesar da ausência de
50 metas específicas para 2023, os resultados são comparáveis aos anteriores e fornecerão
51 base para futuras metas. A sra. Presidente Rosângela afirmou que, apesar de não
52 estimularem a questão de rankings, sempre incentivaram que cada Unidade Escolar
53 avançasse com base em seus próprios índices alcançados. Ela destacou que, apesar de não
54 desconsiderar a importância dos dados, como mencionou a Conselheira Carolina, esses
55 dados são essenciais para o planejamento de políticas públicas e investimentos. A Sra.
56 Presidente Rosângela explicou que, embora não incentivem rankings, é necessário
57 promover o avanço das Unidades Escolares com base em seus próprios índices. Ela
58 reconheceu a importância dos dados para o planejamento de Políticas Públicas e destacou
59 que o Conselho Municipal de Educação deve estar atualizado sobre esses índices para
60 definir suas ações. Ainda lembrou que durante a pandemia, o CME criou diretrizes para
61 manter a aprendizagem. Ela também mencionou a relevância de temas como Educação
62 integral e o alinhamento com a BNCC. A sra. Vice-Presidente Patrícia parabenizou a
63 equipe da Secretaria de Educação pelo resultado alcançado em São Bernardo do Campo.
64 Disse que embora houvesse a expectativa de retomar o índice de 6,9, o resultado atual de
65 6.7 é significativo, considerando os impactos da pandemia. Ela ressaltou que, apesar das
66 dificuldades, o trabalho realizado foi excelente, e o resultado reflete o esforço para manter
67 as aulas e continuar o progresso na aprendizagem. A sra. Presidente Rosângela destacou a
68 importância das considerações, ainda mais por conta de que os estudantes que fizeram a
69 prova de 2023 estavam no 2º ano no período em que as escolas estavam fechadas em 2020
70 devido à pandemia, coincidindo com a fase em que as crianças devem estar plenamente
71 alfabetizadas de acordo com a BNCC e o Plano Municipal de Educação. Ela elogiou o
72 olhar mais compreensivo da Vice-Presidente e reconheceu que todos, desde a gestão até os
73 educadores, se sentem afetados pelo IDEB. Ela finalizou agradecendo à Conselheira
74 Caroline pela apresentação. Passando para o “item 3” da pauta; a sra. Presidente
75 Rosângela convidou o Grupo de Trabalho de Autorização de Funcionamento para realizar
76 as apresentações. A Conselheira Eliane procedeu com as apresentações das solicitações de
77 autorização de funcionamento das escolas de iniciativa privada do município, denotando
78 relatório fotográfico de cada Unidade Escolar, acompanhado de Parecer Conclusivo das



79 Comissões de Orientadores Pedagógicos responsáveis pelo acompanhamento de cada
80 escola. Após as considerações e análise criteriosa dos documentos apresentados, e com
81 base na Deliberação CME Nº 02/2022, o Colegiado se manifestou: **a)** por unanimidade,
82 pela emissão de Parecer favorável para a Autorização de Funcionamento da Creche Mão
83 Amiga - ABASC III, mantida pela Associação Brasileira de Ação Social Cristã,
84 convalidando a mesma até 20/03/2025, em consonância com os documentos que instruem
85 o processo SB.139657/2023; **b)** por unanimidade, pela emissão de Parecer favorável para
86 a Autorização de Funcionamento da Creche Margarida, mantida pela Associação de
87 Promoção Humana e Resgate da Cidadania - Padre Leo Commissari, convalidando a
88 mesma até 30/11/2026, em consonância com os documentos que instruem o processo
89 SB.040788/2013; e **c)** por unanimidade, pela emissão de Parecer favorável para a
90 Autorização de Funcionamento da Creche Parque Los Angeles, mantida pelo Instituto Dom
91 Décio Pereira, convalidando a mesma até 28/11/2026, em consonância com os documentos
92 que instruem o processo SB.018098/2011. Ao término da apresentação, a sra. Presidente
93 Rosangela agradeceu ao trabalho do GT e pela apresentação da Conselheira Eliane.
94 Passando para o “item 4” da pauta; a sra. Presidente passou para o próximo item da pauta,
95 que foi o monitoramento do Plano Municipal de Educação - PME. Ela lembrou que este é
96 o terceiro encontro em que o tema é abordado, destacando que o PME, construído em 2015,
97 está vigente até dezembro de 2025. Ela ressaltou a importância de revisar as metas e
98 estratégias atuais e começar a preparar a base para o próximo PME. Adicionalmente,
99 informou que o Plano Nacional de Educação - PNE foi prorrogado até dezembro de 2025
100 devido ao impacto da pandemia, coincidindo com a vigência do PME. Na sequência
101 informou que nesta plenária serão abordadas as metas 3, 4 e 16. Convidando a sra. Nádia
102 para falar sobre a meta 3. A sra. Nádia destacou diversos avanços e ações da educação no
103 município de São Bernardo do Campo. Ela observou um crescente aumento nas matrículas
104 no Ensino Médio, com a maioria dos alunos sendo atendidos pela Rede Estadual. Entre as
105 ações relevantes, mencionou a implementação da Matriz Curricular com a BNCC e a
106 introdução dos itinerários formativos desde 2020, permitindo aos alunos explorar áreas de
107 interesse. Ela ressaltou também a importância do Programa de Ensino Integral e das ações
108 de tutoria para um atendimento individualizado. Ela mencionou a melhoria no fluxo de
109 alunos e a superação das metas estabelecidas para 2023. Destacou ainda correções do fluxo
110 escolar, com a reclassificação dos alunos e o reforço escolar tanto na recuperação contínua
111 quanto na recuperação e aprofundamento das aprendizagens. Sobre o Exame Nacional do
112 Ensino Médio - ENEM, a sra. Nádia falou sobre o apoio através de plataformas de
113 preparação, como a Prepara SP em parceria com o Me Salva!, que oferece bolsas de estudo
114 gratuitas. Ela também mencionou a expansão das matrículas para o Ensino Indígena, com
115 a oferta de salas multisseriadas e específicas para o Ensino Médio na E. E. Omar Donato
116 Bassani, localizada no bairro dos Tatetos. Finalmente, ela abordou as estratégias para a
117 permanência dos alunos, com ênfase no acompanhamento para evitar evasão. A chamada



118 online e o cruzamento de dados com outras plataformas que ajudam os gestores a monitorar
119 a frequência e a tomar providências em caso de faltas prolongadas, que podem resultar em
120 ações de ativa, envolvendo a comunidade escolar e encaminhando casos para a Diretoria
121 de Ensino para garantir a proteção e a continuidade dos estudos das crianças. Ao finalizar,
122 ela se colocou à disposição para sanar quaisquer dúvidas do colegiado. A sra. Presidente
123 Rosângela agradeceu a participação da Supervisora de Ensino Nádia. Na sequência passou
124 a palavra à Conselheira Joseleine. A Conselheira Joseleine, em sua fala sobre a Meta 4 do
125 PME, abordou a questão da universalização da Educação Especial e Inclusiva. Ela
126 apresentou dados sobre a Rede Municipal, que conta com 175 escolas próprias e 45
127 parceiras, atendendo mais de 70.000 estudantes. Ela destacou que a Política de Educação
128 Especial do MEC não se limita apenas ao ensino pedagógico, mas também inclui aspectos
129 estruturais como transporte e alimentação. A Conselheira enfatizou a importância do
130 Atendimento Educacional Especializado – AEE, realizado por professores com formação
131 específica na área. Ela esclareceu que o AEE é um serviço complementar ao estudante, e
132 não um substitutivo à Educação Formal. Ela também mencionou que não há diretrizes
133 rígidas sobre como organizar e implementar o AEE, permitindo que cada município e
134 escola desenvolvam suas próprias práticas conforme suas necessidades e contextos
135 específicos. A Conselheira Joseleine, ainda apresentou um panorama da Educação Especial
136 no município, com base em dados recentes da Secretaria Escolar Digital – SED. Ela
137 mencionou que o público-alvo da Educação Especial (que têm laudos médicos
138 comprovando deficiências ou estão em processo de avaliação) é de 3.688 estudantes da
139 Educação Infantil até o 5º ano. Para esses alunos, a Secretaria de Educação implementa um
140 estudo de caso na escola, que ajuda a definir abordagens do AEE, focadas nas barreiras de
141 aprendizagem. Ela discutiu as mudanças na área médica e os avanços nas pesquisas sobre
142 deficiências e transtornos do espectro autista desde 2013. Joseleine explicou que o AEE
143 pode ocorrer no contraturno, fora do horário de aula, ou no ensino colaborativo, onde o
144 planejamento é feito em conjunto com o professor da turma para atender a todos os alunos,
145 e que estudantes surdos são atendidos na escola bilíngue EMEBB Neusa Basseto, que é
146 especializada para surdos, escolas polos ou através de itinerância, dependendo da escolha
147 das famílias, já a EMEB Rolando Ramaciotti atende adultos com necessidades especiais.
148 Ela mencionou a existência de 84 salas de recursos nas escolas da Rede Municipal, e
149 detalhou o papel dos cuidadores no processo de inclusão e detalhou o quadro de recursos
150 humanos da Secretaria de Educação voltado para a inclusão. A Conselheira também
151 destacou a importância da educação inclusiva e a formação de todos os educadores, além
152 de recursos materiais diferenciados nas salas de recursos, como softwares adaptativos e
153 mobiliário específico. A conselheira Joseleine explicou que o AVAMEC oferece um
154 módulo completo de educação inclusiva, com materiais e recursos diferenciados
155 disponíveis para as escolas. Ela destacou a presença de softwares adaptativos, brinquedos,
156 e equipamentos específicos como impressora Braille e mobiliário adaptado. Ela também



157 mencionou a adaptação alimentar para alunos com seletividade alimentar e disfagia, com
158 cardápios individualizados e orientações de fonoaudiólogos. Adicionalmente, ressaltou a
159 prioridade na matrícula para alunos com deficiência e vulnerabilidade. A conselheira
160 Joseleine ainda explicou que existem dois tipos de transporte escolar: o regular, com
161 pequenas adaptações, e o adaptado, que inclui vans com plataformas elevatórias para
162 acomodar crianças com mobilidade reduzida. Ela também destacou que a Educação
163 Inclusiva é um eixo estruturante na Proposta Curricular atualizada e deve ser incorporada
164 em todos os planos pedagógicos das escolas, e que o Documento Orientador estabelece a
165 obrigatoriedade de documentação e estudo de casos para alunos com deficiência e
166 transtorno do espectro autista. Além disso, é criado um Plano Educacional Individualizado
167 (PEI), que envolve toda a equipe escolar e as famílias para definir metas e estratégias
168 específicas para cada aluno, em contraste com o Plano de Atendimento Educacional (PAE),
169 que é elaborado apenas pelo professor de Educação Especial. A conselheira também
170 mencionou a redução do número de alunos por sala para melhorar o atendimento e destacou
171 a importância da permanência e sucesso do estudante na escola. O apoio inclui cuidadores,
172 acompanhamento da equipe de orientação técnica (EOT), e articulação com serviços de
173 saúde e assistência social para atender às necessidades destes estudantes com deficiência e
174 vulnerabilidade. Ela finalizou oferecendo-se para esclarecer quaisquer dúvidas adicionais.
175 A sra. Presidente Rosangela destacou, que a Conselheira Joseleine também atua como
176 conselheira do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPCD),
177 enfatizando assim que a expertise da Conselheira Joseleine não se limita às questões da
178 Rede de Ensino, mas também aborda demandas do município em geral. A sra. Presidente
179 Rosangela solicitou que a Conselheira Joseleine refletisse sobre a evolução dessa meta e
180 os desafios futuros, especialmente em relação ao uso da palavra "preferencialmente",
181 conforme explicitado no texto meta. A Conselheira Joseleine comentou que a palavra
182 "preferencialmente" sempre gerou discussões desde sua introdução, como em Salamanca
183 em 1994, e tem sido alterada em diferentes legislações. Ela observou que a interpretação
184 de "preferencialmente" varia amplamente e pode ser vista de diversas maneiras, como
185 preferencialmente pela família ou pela organização do sistema educacional. Ela também
186 destacou que, para o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio, a inclusão é mais
187 desafiadora do que para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental I, que têm um sistema
188 mais organizado e um desenvolvimento infantil mais intenso até os 10 anos. Ela mencionou
189 que, ao passar para o 6º ano, o estudante é submetido a mudanças na dinâmica de trabalho
190 e na rotina das aulas. A Conselheira Joseleine ponderou que a Educação Infantil e os Anos
191 Iniciais não devem ser substituídos por escolas especiais, pois a inclusão nesses estágios
192 tem se mostrado muito eficaz e bem-sucedida. A Conselheira Carla ponderou que, apesar
193 de não haver um aval legal para isso, muitas famílias com crianças com deficiência optam
194 pela educação em casa. A Conselheira Joseleine disse que as legislações voltadas para
195 crianças e adolescentes com deficiência e necessidades educacionais especiais tiveram uma



196 série de conceituações que causaram muita polêmica e ressalta que essa situação é
197 corriqueira na Secretaria de Educação, onde a família entende que preferencialmente é uma
198 opção da família, nestes casos é explicado para a família todas as vantagens da criança ter
199 um atendimento especializado na Rede Municipal. A sra. Vice-Presidente Patricia
200 comentou sobre as falas anteriores, concordando com a visão de que a primeira infância é
201 um período crucial para a inclusão. Ela destacou que, embora a inclusão seja defendida
202 nesse estágio da vida, o processo se torna mais complexo à medida que a criança cresce.
203 Ela observou ainda que a complexidade da questão pode tornar a inclusão difícil. Ainda
204 mencionou que, embora tenha acreditado anteriormente que a palavra "preferencialmente"
205 não deveria ser usada, agora considera que ela pode ser válida, desde que permita a
206 excepcionalidade e considere as necessidades específicas das famílias e dos alunos. Ela
207 reconheceu que escolas especializadas têm feito avanços significativos, especialmente no
208 atendimento a transtornos como o autismo. A Conselheira Luciana concordou com as
209 observações sobre a inclusão escolar, ressaltando que este deve ser um foco constante de
210 investimento e Políticas Públicas. Ela enfatizou a necessidade de um compromisso
211 contínuo de gestores, orientadores pedagógicos e professores para garantir uma inclusão
212 eficaz. Ela ainda destacou a importância do estudo de caso para identificar precocemente
213 as necessidades especiais das crianças e oferecer o suporte adequado desde os primeiros
214 anos. Ela também mencionou o papel essencial do Atendimento Educacional Especializado
215 (AEE) em ajudar os professores a atender às necessidades específicas dos alunos e sugeriu
216 a contratação de mais profissionais especializados para fortalecer o trabalho inclusivo nas
217 escolas. A Conselheira Fernanda compartilhou sua experiência pessoal com a inclusão de
218 crianças com deficiência. Ela relatou que, apesar das dificuldades encontradas na escola
219 pública, onde a inclusão é um princípio já estabelecido, seus familiares enfrentaram
220 situações complexas de exclusão em escolas particulares. Ela também comentou que é
221 crucial que a comunidade escolar compreenda e trabalhe a inclusão para evitar que o
222 problema persista em ambientes educacionais mais restritos. Além disso, Fernanda
223 mencionou a fase de implementação da educação inclusiva entre 2004 e 2005, destacando
224 o papel da Promotora Maria Eugênia, que era uma defensora da inclusão total nas escolas.
225 A Conselheira Renata compartilhou experiência pessoal como mãe, quando observou o
226 ambiente inclusivo na Unidade Escolar de sua filha. Ela destacou um exemplo positivo de
227 como a professora da sala de sua filha conduzia a inclusão com tanta naturalidade que,
228 inicialmente, nem mesmo a filha percebeu a presença de uma criança com deficiência.
229 Renata mencionou que sua filha, agora no Ensino Fundamental, entende e respeita as
230 diferenças, demonstrando empatia e compreensão em relação aos colegas com
231 necessidades especiais. A Presidente Rosangela destacou a importância de discutir e
232 defender a Educação Inclusiva com uma abordagem robusta e bem fundamentada. Ela
233 parabenizou todos os participantes pela contribuição ao debate, enfatizando a qualidade
234 das discussões. Ela ainda anunciou que, por conta do tempo da reunião, a apresentação da



235 Conselheira Fernanda sobre Gestão Democrática será remanejada para a próxima plenária.
236 Passando para o “item 5” da pauta; o sr. Carlos informou que a Conselheira Patricia
237 Vivolo justificou a ausência por causa de licença médica, as conselheiras Rosa, Tânia e
238 Adriana justificaram suas ausências por conta de demandas de trabalho. Ele ainda informou
239 o recebimento do Ofício DRE nº 123/2024, que indica a substituição de representação da
240 Diretoria Regional de Ensino neste colegiado, conforme mencionado pela sr. Presidente no
241 início da plenária. Por fim informou que a próxima reunião está agendada para dia 20/09
242 pf. A sra. Presidente agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a sessão plenária
243 às 16h16. Nada mais havendo a acrescentar, eu, Carlos Rangon, na qualidade de secretário
244 da reunião, redigi a presente ata, a qual, após apreciação e aprovação dos nobres
245 conselheiros, será assinada eletronicamente pelos presentes, assegurando, assim, a
246 fidedignidade do registro dos trabalhos realizados.

Área da assinatura

CARLOS HENRIQUE RANGON ANTUNES
Secretário da reunião

Área da assinatura

ROSANGELA BABINSKA
Presidente
Conselho Municipal de Educação

Área da assinatura

Ana Paula Souza e Silva

Área da assinatura

Caroline Guerra Takeuchi

Área da assinatura

Carla Andrea Soares de Araújo

Área da assinatura

Eliane Quirino de Souza Consentino



Área da assinatura

Eliezer Mendes da Silva

Área da assinatura

Patrícia dos Santos Vieira de Oliveira

Área da assinatura

Fernanda da Silva Ribeiro Abbud

Área da assinatura

Priscilla de Cássia Bessi de Mattos

Área da assinatura

Ilka Baracho da Silva

Área da assinatura

Renata Lilian de Oliveira

Área da assinatura

Joseleine de Campos Gomes

Área da assinatura

Rodrigo Daniel Casemiro

Área da assinatura

Luciana Campos Bechelli

Área da assinatura

Tatiana Mariana Chaves de Freitas

Área da assinatura

Murilo Esteves Frizanco

Área da assinatura

Vanessa Takigami Alves

Área da assinatura

Nádia Beltramdt Pereira